

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP**

**Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2017**

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	365	442	Benefícios a empregados	8	3.733	9.703
Aplicações financeiras	6.1	212.586	17.916	Obrigações tributárias	9	1.917	3.143
Contas a receber	5.1	5.396	5.941	Obrigações com convênios e contratos		2	2
Numerários vinculados a convênios e programas		30	2	Contas a pagar a fornecedores e outros	10	15.058	17.068
Adiantamentos concedidos	5.2	3.427	4.417	Provisão sobre folha de pagamento	11	23.334	24.116
Transações de Convênios a Executar	5.3	1.077	546	Obrigações com o Sistema SEBRAE	14.2	1.640	2.822
Créditos com o Sistema SEBRAE	14.1	32.000	100.832				
Outros créditos	5.4	2.491	2.758	Total do passivo circulante		45.684	56.854
				Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	12.1	1.142	1.454
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal	12.2	22.663	23.059
Total do ativo circulante		257.372	128.854				
				Total do passivo não circulante		23.805	24.513
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	12.2	17.813	16.887	Superávit acumulado		687.548	382.100
Fundos de investimentos	6.3	8.434	3.821	Ajustes de avaliações patrimoniais		24.562	30.365
Aplicações financeiras	6.2	479.240	559.464	Superávit do período		87.560	299.645
Imobilizado	7	102.994	8.474				
Intangível	7.1	3.306	2.977	Total do patrimônio líquido	13	799.670	712.110
Total do ativo não circulante		611.787	664.623				
				Total do passivo e do patrimônio líquido		869.159	793.477
Total do ativo		869.159	793.477				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Período: Janeiro a Junho de 2017			Balança Orçamentário - Sebrae/SP								R\$ mil	
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ% (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ% (c/a)	
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)			
Receitas Correntes	230.055	439.667	211.714	48,2	92,03	Despesas Correntes	175.376	423.339	162.462	38,4	92,64	
Contribuição Social Ordinária - CSO	214.306	386.556	192.679	49,8	89,9	Pessoal, Encargos e Benefícios	107.702	226.572	103.257	45,6	95,9	
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	2.229	26.494	8.318	31,4	373,1	Serviços Profissionais e Contratados	38.476	136.225	35.330	25,9	91,8	
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	63	0	0	0,0	0,0	Demais Despesas Operacionais	21.360	53.012	21.002	39,6	98,3	
Aplicações Financeiras	307	300	12	4,1	4,0	Encargos Diversos	5.989	7.244	2.811	38,8	46,9	
Empresas Beneficiadas	12.407	25.417	9.514	37,4	76,7	Transferências	1.852	286	62	21,7	3,3	
Outras Receitas	742	900	1.190	132,2	160,4					0,0	0,0	
Déficit Corrente	0	0	0			Superávit Corrente	54.676	49.252				
Receitas de Capital	0,0	0,00	7.745,6	0,0	0,00	Despesas de Capital	2.398	13.815	29.731	215,2	1239,93	
Alienação de Bens	0	0	7.746	0,0	0,0	Investimentos / Outros	2.398	13.815	29.731	215,2	1239,93	
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0	Amortização de Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0	
Saldo de Exercícios Anteriores			0			Fundo de Reserva		2.513				
Receitas Totais	230.055	439.667	219.460	48,9	95,39	Despesas Totais	177.776	439.667	192.193	43,7	106,11	
Déficit Total	0	0	0			Superávit Total	52.279	27.266				
Total Geral	230.055	439.667	219.460	48,9	95,39	Total Geral	230.055	439.667	219.460	48,9	95,39	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de Resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
		a	a	a	a
Nota	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2016
Receitas operacionais		114.887	223.575	113.327	230.925
Contribuição social ordinária (CSO)	15.1	96.190	192.679	106.327	214.306
Contribuição social nacional (CSN)	15.1	6.296	8.319	1.309	2.229
Receita de empresas beneficiadas	15.2	2.235	9.514	4.536	12.407
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	-	-	63
Outras receitas operacionais	15.3	10.166	13.063	1.155	1.920
Despesas operacionais		(84.301)	(177.285)	(82.268)	(180.165)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15.4	(51.702)	(103.257)	(52.422)	(107.702)
Serviços profissionais e contratados	15.5	(17.819)	(35.330)	(15.414)	(38.476)
Custos e despesas de operacionalização	15.6	(7.581)	(21.002)	(8.364)	(21.360)
Encargos diversos	15.7	(1.556)	(2.693)	(2.798)	(5.868)
Despesas com provisões	15.8	(3.532)	(10.298)	(1.259)	(2.872)
Depreciação e amortização	15.9	(2.075)	(4.070)	(1.879)	(3.746)
Outras despesas operacionais	15.10	(36)	(635)	(132)	(141)
Superávit antes do resultado financeiro líquido		30.586	46.290	31.059	50.760
Resultado financeiro líquido	15.11	17.515	41.270	14.227	27.069
Superávit do período		48.101	87.560	45.286	77.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-S

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	01/01/2017 a 30/06/2017	01/01/2016 a 30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	87.560	77.829
Ajustes:		
Depreciação e amortização	4.070	3.746
Baixa do ativo imobilizado	106	21
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(396)	1.539
Provisão para perda em fundos de investimento	(4.613)	(581)
Provisão de férias e encargos	(782)	971
	<u>85.945</u>	<u>83.525</u>
(Aumento)/diminuição nas contas do ativo		
Contas a receber	545	(1.633)
Adiantamentos concedidos	990	1.750
Numerários vinculados a convênios e programas	(28)	41
Transações de convênios a executar	469	(1.759)
Créditos com o Sistema SEBRAE	68.832	-
Depósitos judiciais	(926)	(546)
Outros créditos	267	(222)
Aumento/(diminuição) nas contas do passivo		
Benefícios a empregados	(7.196)	(1.504)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(2.010)	(1.351)
Obrigações com convênios e contratos		(2)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(1.182)	(5.837)
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	(312)	(311)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>145.394</u>	<u>72.151</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições/Baixas ao ativo imobilizado	(24.947)	(1.025)
Adições/Baixas ao ativo intangível	(1.078)	(177)
Aplicações financeiras	(119.446)	(92.440)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(145.471)</u>	<u>(93.642)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(77)</u>	<u>(21.491)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	442	23.840
Caixa e equivalente de caixa no final do período	<u>365</u>	<u>2.349</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(77)</u>	<u>(21.491)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	293.203	30.755	88.507	412.465
Absorção do superávit do período	88.507	-	(88.507)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	205	(205)	-	-
Superávit do período	-	-	77.829	77.829
Saldo em 30 de junho de 2016	381.915	30.550	77.829	490.294
Saldo em 31 de dezembro de 2016	382.100	30.365	299.645	712.110
Absorção do superávit do período	299.645	-	(299.645)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	5.803	(5.803)	-	-
Superávit do período	-	-	87.560	87.560
Saldo em 30 de junho de 2017	687.548	24.562	87.560	799.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 A entidade e suas operações

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, instituída com o objetivo primordial de fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, em seus aspectos tecnológicos, gerenciais e de recursos humanos, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15º, §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, arts. 10º e 18º, IV) para manutenção de sua imunidade tributária:

- a. Aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.
- b. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- c. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- d. Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ) em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

- e. Não distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- f. Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio do repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit técnico apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas informações contábeis intermediárias.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas informações contábeis intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

2.1 Usos de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e explicita premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e amortizações sobre ativos intangíveis (Nota Explicativa nº 7), provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 12.2) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós emprego (Nota Explicativa nº 17). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Entidade relativas ao exercício findo em 31 dezembro 2016.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Caixa	133	132
Banco conta movimento	<u>232</u>	<u>310</u>
Total	<u>365</u>	<u>442</u>

A ausência de saldo em aplicações financeiras se refere ao esgotamento de operações em CDB/DI de curto prazo, devido a estratégia de alongamento do prazo da carteira.

5 Contas a receber

Trata-se de valores a receber provenientes de prestação de serviços, tais como: treinamento, palestras, consultoria, feiras, valores de adiantamentos a funcionários, cauções de aluguel imóveis e valores a apropriar de benefícios aos funcionários.

5.1 Contas a receber

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Clientes	1.642	2.615
Cheques	2	2
Cartões de crédito	3.752	3.324
Total	<u>5.396</u>	<u>5.941</u>

Não houve variação significativa no período.

5.2 Adiantamentos concedidos

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	1.787	1.575
Adiantamentos para viagens	45	10
Adiantamentos a terceiros	1.595	2.832
Total	<u>3.427</u>	<u>4.417</u>

O decréscimo ocorreu principalmente devido à liquidação ocorrida em Fevereiro de 2017 do adiantamento realizado em 2016 ao Parque Anhembi no valor de R\$ 1.617 referente à locação do pavilhão para a realização da Feira do Empreendedor.

5.3 Transações de convênios a executar

Refere-se a adiantamento de repasse de recursos aos parceiros em convênios e parcerias firmados com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Liberações de convênios	5.902	5.840
(-) Execuções de convênios	(4.741)	(4.211)
(-) Devoluções de convênios	(84)	(83)
Total	<u>1.077</u>	<u>1.546</u>

As parcelas dos recursos são liberadas à medida que há comprovação por parte dos parceiros da execução dos valores já adiantados.

5.4 Outros créditos

O grupo é formado por depósitos cauções, despesas pagas antecipadamente e por créditos diversos, conforme apresentado a seguir:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Depósitos Restit. e Valores Vinculados	774	855
Reembolso de Juros e Multa	451	420
Benefícios a Funcionários	917	962
Despesas Pagas Antecipadamente	349	521
Total	2.491	2.758

Não houve variação significativa no período.

6 Outros créditos realizáveis

Os recursos aplicados são derivados do excedente do fluxo de caixa, sendo que a administração decidiu pelo resgate a longo prazo com a finalidade de obter um rendimento líquido maior devido à redução da alíquota do imposto de renda.

6.1 Aplicações financeiras curto prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	30/06/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	130.792	-
Banco do Brasil S.A.	Fundo de investimento	81.794	12.916
Total		212.586	12.916

A boa performance que os Fundos de investimentos exclusivos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal apresentaram nos últimos 12 meses, somada à redução de taxas ofertadas em novas aplicações financeiras de longo prazo (CDB/DI), estimularam o aporte de recursos nestes fundos de investimentos, aumentando o saldo de aplicações financeiras de curto prazo.

6.2 Aplicações financeiras longo prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	30/06/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	CDB	479.240	542.313
Banco do Brasil S.A.	CDB	-	17.151
Total		479.240	559.464

A taxa média das operações de longo prazo é de 101,00% do percentual do CDI. O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

A redução de taxas ofertadas em novas aplicações financeiras de longo prazo (CDB/DI) e a boa performance que os fundos de investimentos de curto prazo tem apresentado, desestimularam o aporte de recurso em aplicações de longo prazo, reduzindo o seu saldo.

6.3 Fundos de investimentos

Descrição	Administrador	30/06/2017	31/12/2016
Returning Entrepreneur Investment Fund (FM IEE)	DGF Invest. Gestão de Fundos Ltda.	1.500	1.500
Provisão para desvalorização (FM IEE)		(403)	(422)
Fundo de Inovação Paulista - FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	4.843	3.544
Provisão para desval/valorização (FIP)		2.494	(801)
Total		8.434	3.821

A provisão para desvalorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos. Em janeiro de 2017 houve uma valorização de R\$ 3.424 no Fundo de Inovação Paulista (FIP).

Returning Entrepenuer Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209. A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

Fundo de Inovação Paulista (FIP)

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.

7 Ativo imobilizado

	Edificações	Terrenos	Obras em andamento	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações	Veículos e acessórios	Total do ativo imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	36.456	35.050	442	7.270	7.554	20.899	8.823	6.440	122.934
Adições	19.620	13.080	498	463	-	167	139	-	33.967
Baixas	(8.857)	(828)	(142)	(41)	(32)	(51)	(3.451)	-	(13.402)
Saldo em 30 de junho de 2017	47.219	47.302	798	7.692	7.522	21.015	5.511	6.440	143.499
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.915)	-	-	(3.832)	(4.033)	(11.937)	(5.348)	(5.395)	(41.460)
Depreciação no período	(317)	-	-	(339)	(358)	(1.751)	(261)	(269)	(3.295)
Baixa	2.292	-	-	41	31	46	1.840	-	4.250
Saldo em 30 de junho de 2017	(8.940)	-	-	(4.130)	(4.360)	(13.642)	(3.769)	(5.664)	(40.505)
Em 31 de dezembro de 2016	25.541	35.050	442	3.438	3.521	8.962	3.475	1.045	81.474
Em 30 de junho de 2017	38.279	47.302	798	3.562	3.162	7.373	1.742	776	102.994

As principais variações no período foram as seguintes:

As adições nas rubricas “Edificações” e “Terrenos” ocorreram devido à transação de permuta de imóveis com torna. Em Abril de 2017, o Sebrae-SP efetuou a permuta do imóvel localizado na Rua José Getúlio, avaliado em R\$ 16.623, pelo imóvel do proprietário Get Administração de

Imóveis situado na Alameda Nothmann, onde está estabelecida a Escola de Negócios do Sebrae-SP, avaliado em R\$ 32.700. O imóvel da Rua José Getúlio foi oferecido como permuta, acrescido do pagamento no valor de R\$ 16.077 a título de torna. Foi efetuada a baixa do saldo residual do imóvel objeto de permuta e a diferença no valor de R\$ 7.746 foi registrada como receita na alienação do ativo imobilizado.

O acréscimo em “Obras em andamento” se refere à reforma no edifício localizado na Rua 24 de Maio para futura mudança do Escritório Regional Capital Centro.

O aumento em “Máquinas e equipamentos” ocorreu devido à aquisição de máquinas de café para a Sede e Escritórios Regionais, equipamentos de áudio e vídeo para uso da Sede, aparelhos de ar condicionado para os Escritórios Regionais de Santos e São Carlos e sistema de refrigeração para a Central de Processamento de Dados na Sede.

As baixas em “Edificações”, “Terrenos” e “Instalações” se referem ao imóvel objeto de permuta localizado na Rua José Getúlio.

As demais variações se referem substancialmente ao registro das depreciações do período.

7.1 Intangível

	<i>Softwares</i>	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.596	7.596
Adições	1.078	1.078
Baixas	-	-
Saldo em 30 de junho de 2017	8.674	8.674
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.619)	(4.619)
Amortização no período	(749)	(749)
Saldo em 30 de junho de 2017	(5.368)	(5.368)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2016	2.977	2.977
Em 30 de junho de 2017	3.306	3.306

Houve aquisição de licenças de softwares da plataforma Microsoft. As demais variações se referem ao registro das amortizações do período.

8 Benefícios a empregados

Refere-se a saldos a pagar decorrentes de benefícios aos seus empregados:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Remuneração a pagar	15	15
Encargos sociais a recolher	3.601	3.894
Consignações da folha de pagamento	117	5.794
Total	<u>3.733</u>	<u>9.703</u>

A variação em “Consignações da folha de pagamento” se refere à liquidação da sinistralidade do Seguro Saúde Unimed, provisionada em 2016.

9 Obrigações tributárias

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
IRRF s/ salários a recolher	1.329	2.469
IRRF s/ serviços a recolher	76	90
ISS s/ serviços a recolher	51	58
INSS retido s/ serviços a recolher	139	151
Pis/Cofins/CSLL retido s/ serviços a recolher	227	192
Pis a recolher	95	183
Total	<u>1.917</u>	<u>3.143</u>

As variações em “IRRF sobre salários a recolher” e “Pis a recolher” se referem aos encargos de 13º salário provisionados em dezembro de 2016.

10 Contas a pagar a fornecedores e outros

A rubrica se refere, substancialmente, ao registro de obrigações sobre a compra de materiais gerais e prestação de serviços para manutenção dos custos de operacionalização da Entidade, como consultorias, treinamentos e repasses às entidades conveniadas.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	5.527	10.223
Sebraetec	37	36
Soluções Tecnológicas	176	2.631
Super MEI	2.871	286
Programa Alimentos Seguros	476	311
Adiantamento de clientes	4.951	2.568
Cauções e dep. p/ licitações	348	348
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	623	623
Outras obrigações	49	42
Total	<u>15.058</u>	<u>17.068</u>

Houve redução nas rubricas “Fornecedores” e “Soluções tecnológicas” devido ao pagamento do saldo provisionado em Dezembro de 2016.

O principal motivo do aumento na rubrica “Super MEI” se refere ao provisionamento dos serviços realizados pelo SENAI no período.

A rubrica “Adiantamento de clientes” se refere aos valores a apropriar referentes às receitas do período.

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração

das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços foi de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo que a receita é apropriada mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nas receitas a apropriar de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

11 Provisão sobre folha de pagamento

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	17.220	16.671
Provisão de 13º salário e encargos	6.114	-
Provisão s/ remuneração variável	-	7.445
Total	<u>23.334</u>	<u>24.116</u>

A variação na rubrica “Provisão de 13º salário e encargos” se refere ao registro da provisão acumulada de janeiro a junho de 2017, sendo que em 31/12/2016 não há registro devido à liquidação financeira ter sido realizada integralmente naquele mês.

A provisão sobre remuneração variável do ano de 2016 foi paga aos funcionários ativos no mês de março de 2017.

12 Outras obrigações - não circulante

12.1 Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere ao montante classificado no longo prazo referente ao valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, conforme mencionado na nota 10. Nas receitas a apropriar de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	<u>1.142</u>	<u>1.454</u>
Total	<u>1.142</u>	<u>1.454</u>

12.2 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e obrigação legal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigação legal, assim como os respectivos depósitos judiciais estavam apresentados da seguinte forma:

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2017*

	<u>Depósitos judiciais</u>		<u>Provisão</u>		<u>Líquido</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>1/12/2016</u>
Riscos trabalhistas	1.425	1.247	4.787	6.667	3.362	5.420
Riscos cíveis	1.211	733	2.699	1.485	1.488	752
Obrigações legais	15.177	14.907	15.177	14.907	-	-
Total	17.813	16.887	22.663	23.059	4.850	6.172

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Obrigações legais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.667	1.485	14.907	23.059
(+) Complemento de provisão	1.508	1.122	619	2.937
(+) Atualização monetária	279	108	-	699
(-) Reversão/baixa de provisão	(3.667)	(16)	(349)	(4.032)
Saldo em 30 de junho de 2017	4.787	2.699	15.177	22.663

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes ao complemento no valor de R\$ 1.508 devido à alteração da probabilidade de perda de oito processos judiciais no total de R\$ 1.428, alteração do valor da causa de dois processos no total de R\$ 20 e provisão de cinco novos processos no total de R\$ 60. Além disso, houve reversão de provisão no valor de R\$ 2.746 referente à alteração da probabilidade de perda de dezenove processos e de R\$ 921 referente à alteração do valor da causa de cinco processos judiciais. Nas ações de natureza cível, houve provisão de R\$ 58 referente à alteração da probabilidade de perda de um processo, R\$ 830 referente à alteração do valor da causa de três processos e provisão de um novo processo no valor de R\$ 234. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 619 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo, além de baixa de sete processos no total de R\$ 349.

Os processos trabalhistas eram atualizados mediante a aplicação da Taxa Referencial Diária – TRD, com o acréscimo de juros de mora equivalentes a um por cento ao mês. De acordo com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 04/08/2015, os débitos trabalhistas passariam a ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os juros de mora, de um por cento ao mês, permaneciam inalterados. O TST determinou que os efeitos da decisão incidiriam sobre todos os processos em curso, ressalvados os processos já quitados ou extintos, em tramitação final. A aplicação da TRD para a correção monetária acabava por não recompor, de fato, os débitos trabalhistas, que, ao revés, acabavam por minguar ante as perdas inflacionárias no decorrer dos anos. Ainda, o TST estabeleceu que o IPCA-E deveria ser aplicado a partir de 30 de junho de 2009, de forma que todos os débitos decorrentes de ações trabalhistas devidos a partir da referida data seriam integralmente corrigidos pelo IPCA-E. Os débitos trabalhistas anteriores a essa data estipulada pelo TST receberiam tratamento híbrido: até a data de corte os valores seriam corrigidos pela TRD, após pelo IPCA-E. Porém, em 14/10/2015 o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede liminar, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TST enquanto não julgado o recurso interposto, ou seja, em todas as execuções trabalhistas deverão ser aplicados os índices de atualização monetária da TRD.

Obrigações legais

As obrigações legais estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de

sua condição de entidade imune de tributos. Os assessores jurídicos da Entidade julgam como possível a probabilidade de êxito da referida demanda judicial, existindo depósito judicial para os valores em questionamento.

Esses processos são provenientes de ações de execução fiscal ingressadas pela Prefeitura de São Paulo buscando o recebimento dos valores de IPTU dos imóveis próprios da entidade, a partir do ano de competência 2000. A tese elaborada em defesa, através de embargos à execução, cabe exclusivamente à Unidade Jurídica.

Contingências de riscos de perda "Possíveis" (não provisionadas)

Em 30 de junho de 2017, a Entidade possuía em andamento outros processos de naturezas trabalhista e cível, que foram considerados pelos assessores jurídicos como possíveis de perda, nos valores aproximados de R\$ 3.854 (natureza trabalhista) e R\$ 9.933 (natureza cível). A posição em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.190 (natureza trabalhista) e R\$ 7.895 (natureza cível). A Administração da Entidade, em atendimento ao CPC 25, não constituiu provisão desses valores.

13 Patrimônio líquido

É composto substancialmente de superávit acumulado, superávit do período e ajuste de avaliação patrimonial.

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Superávit acumulado	687.548	382.100
Superávit do período	87.560	299.645
Ajuste de avaliação patrimonial	24.562	30.365
Total	<u>799.670</u>	<u>712.110</u>

Superávit acumulado

A variação refere-se ao resultado apurado no exercício anterior que foi absorvido pelo Patrimônio Social.

Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente.

Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial dos CPC, em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos. Sua realização ocorre na medida da realização dos bens de origem, via depreciação, alienação ou baixa.

A variação da rubrica refere-se basicamente à absorção do superávit de 2016 ao patrimônio social.

14 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE

Pessoal-chave da Administração

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, às transferências de recursos realizadas entre o SEBRAE-SP e o SEBRAE-NA, e estão apresentadas conforme os quadros abaixo:

14.1 Créditos com o Sistema Sebrae

Passivo	30/06/2017	31/12/2016
Recursos ordinários a receber	<u>32.000</u>	<u>100.832</u>
Total	<u>32.000</u>	<u>100.832</u>

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

14.2 Obrigações com o Sistema Sebrae

Passivo	30/06/2017	31/12/2016
Contribuição social nacional - CSN a comprovar	<u>1.640</u>	<u>2.822</u>
Total	<u>1.640</u>	<u>2.822</u>

O saldo na rubrica “Contribuição social nacional - CSN a comprovar” se refere aos recursos recebidos para subsidiar projetos a serem comprovados ao SEBRAE Nacional. O saldo de R\$ 2.822 em dezembro de 2016 foi devolvido através de desconto efetuado na Contribuição Social Ordinária do mês de janeiro de 2017. O saldo em junho de 2017 é justificado pelo recebimento de recursos para subsidiar as atividades de atendimento do SEBRAE-SP.

Resultado	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Contribuição social ordinária	96.190	192.679	106.327	214.306
Contribuição social nacional	<u>6.296</u>	<u>8.319</u>	<u>1.309</u>	<u>2.229</u>
Total	<u>102.486</u>	<u>200.998</u>	<u>107.636</u>	<u>216.535</u>

Remuneração do pessoal-chave da administração

Empréstimos para Diretores:

A entidade não concede empréstimos a diretores e outros dirigentes.

Remuneração do pessoal-chave da administração:

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência estatutária do Conselho Deliberativo Nacional e do Conselho Deliberativo Estadual a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva que, nos períodos findos em 30/06/2017 e 30/06/2016 foram:

Remuneração do pessoal-chave da administração	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração	1.177	1.127
Benefícios	<u>111</u>	<u>110</u>
Total	<u><u>1.288</u></u>	<u><u>1.237</u></u>

As transações com o Fundo de Pensão ocorridas até junho de 2016 estão demonstradas na Nota Explicativa nº 17.

15 Desdobramento dos principais itens da demonstração de resultados

15.1 Contribuições sociais

A Entidade recebe recursos conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País, cujo repasse é efetuado pelo INSS.

Resultado	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Contribuição social ordinária	96.190	192.679	106.327	214.306
Contribuição social nacional	<u>6.296</u>	<u>8.319</u>	<u>1.309</u>	<u>2.229</u>
Total	<u><u>102.486</u></u>	<u><u>200.998</u></u>	<u><u>107.636</u></u>	<u><u>216.535</u></u>

Na conta “Contribuição social ordinária” são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/SP.

Em 2017, o decréscimo na rubrica “Contribuição social ordinária” ocorreu em razão da finalização dos repasses de Contribuição Social - Saldo.

O acréscimo de R\$ 6.090 em “Contribuição Social Nacional” ocorreu principalmente devido à apropriação das receitas de CSN Projetos provenientes do SEBRAE-NA para subsidiar os projetos do SEBRAE-SP, além do aumento no valor do repasse mensal da CSN Saúde.

15.2 Receitas de empresas beneficiadas

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas de empresas beneficiadas				
Treinamento	447	754	766	1.355
Consultoria	931	1.864	1.609	2.511
Feiras	(71)	2.597	264	2.480
Palestras	20	20	15	43
Empretec	868	1.481	1.577	2.331
Missões empresariais	63	349	149	887
Cotas de patrocínios	(48)	2.404	69	2.598
Outras receitas de emp. beneficiárias	<u>25</u>	<u>45</u>	<u>87</u>	<u>202</u>
Subtotal	<u><u>2.235</u></u>	<u><u>9.514</u></u>	<u><u>4.536</u></u>	<u><u>12.407</u></u>

Não houve variação significativa no período.

15.3 Outras receitas operacionais

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Outras receitas operacionais				
Recuperações e restituições	189	214	278	281
Receitas oper. F. Pagto - ent. bancária	156	311	156	311
Devoluções de convênios	3	72	-	25
Penalidade a clientes/fornecedores	95	365	23	43
Reversão provisão Sebraetec	14	63	-	-
Descontos recebidos	114	163	26	60
Receita na alienação de ativo imobilizado	7.746	7.746	-	-
Receita reversão prov. conting. trabalhista	1.668	3.646	672	1.200
Receita reversão prov. outras contingências	167	183	-	-
Receitas de exercícios anteriores	14	300	-	-
Subtotal	<u>10.166</u>	<u>13.063</u>	<u>1.155</u>	<u>1.920</u>

O saldo em “receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

O saldo em “receita na alienação de ativo imobilizado” se refere ao resultado positivo na transação ocorrida de permuta de imóveis com torna. Em Abril de 2017, o Sebrae-SP efetuou a permuta do imóvel localizado na Rua José Getúlio, avaliado em R\$ 16.623, pelo imóvel do proprietário Get Administração de Imóveis situado na Alameda Nothmann, onde está estabelecida a Escola de Negócios do Sebrae-SP, avaliado em R\$ 32.700. O imóvel da Rua José Getúlio foi oferecido como permuta, acrescido do pagamento no valor de R\$ 16.077 a título de torna. Foi efetuada a baixa no ativo imobilizado no valor de R\$ 8.877 referente ao saldo residual do imóvel objeto de permuta e a diferença no valor de R\$ 7.746 foi registrada como receita na alienação do ativo imobilizado.

O acréscimo em “Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista” ocorreu principalmente devido à alteração de probabilidade de perda de processos judiciais de janeiro a junho de 2017.

15.4 Pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Salários e proventos	(26.905)	(52.568)	(26.203)	(51.418)
13º salário	(2.425)	(4.838)	(2.311)	(4.606)
Férias	(3.444)	(7.427)	(3.108)	(6.934)
Indenizações trabalhistas	(1.729)	(2.709)	(990)	(1.487)
Encargos trabalhistas	(10.223)	(20.214)	(9.805)	(19.358)
Benefícios sociais	(6.976)	(15.501)	(10.005)	(23.899)
Total	<u>(51.702)</u>	<u>(103.257)</u>	<u>(52.422)</u>	<u>(107.702)</u>

O principal motivo da variação em “Benefícios sociais” se refere à redução de despesas com sinistralidade do Seguro Saúde Unimed em relação ao mesmo período do ano anterior, além de diminuição nas despesas com seguro saúde por alteração nas modalidades dos planos oferecidos aos funcionários.

15.5 Serviços profissionais e contratados

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Instrutoria e consultoria	(4.064)	(5.697)	(3.090)	(5.031)
Serviços técnicos especializados	(4.938)	(6.360)	(3.256)	(5.401)
Manutenção, segurança e limpeza	(2.446)	(4.788)	(2.781)	(5.653)
Locação de mão-de-obra	(3.282)	(7.227)	(3.276)	(7.208)
Estagiários	(1.020)	(1.989)	(889)	(1.739)
Serviços de apoio administrativo	(9)	(19)	(12)	(12)
Organização e promoção de eventos	(1.230)	(8.046)	(1.228)	(11.790)
Contrato de patrocínio	(-)	(-)	(37)	(106)
Menor aprendiz	(18)	(36)	(317)	(499)
Outros serviços contratados	(810)	(1.163)	(526)	(1.035)
INSS s/ serviços de terceiros	(2)	(5)	(2)	(2)
Total	(17.819)	(35.330)	(15.414)	(38.476)

A variação na rubrica “Organização e promoção de eventos” se refere a despesas no valor de R\$ 3.525 com propaganda e publicidade para a Feira do Empreendedor 2017, que foram reclassificadas para o grupo contábil correspondente à rubrica de “Despesa com anúncios, publicidade e propaganda”.

15.6 Custos e despesas com operacionalização

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Despesa com viagens	(453)	(989)	(459)	(2.628)
Despesa com aluguéis e encargos	(2.668)	(7.985)	(4.064)	(9.858)
Despesa com anúncios, publ. propaganda	(224)	(4.223)	(211)	(1.180)
Despesa com serv. gráficos e reprodução	(1.559)	(2.630)	(854)	(1.665)
Despesa com serviço de comunicação	(629)	(1.272)	(642)	(1.804)
Despesa com material de consumo	(884)	(1.578)	(908)	(1.508)
Despesa com água e luz	(614)	(1.276)	(713)	(1.513)
Demais custos e despesas gerais	(550)	(1.049)	(513)	(1.204)
Total	(7.581)	(21.002)	(8.364)	(21.360)

Na rubrica “Despesa com viagens”, o decréscimo se dá principalmente pela redução nas despesas com viagens internacionais.

No grupo “Despesa com aluguéis e encargos” houve redução de R\$ 1.102 nas despesas com aluguel de imóveis, devido à transação de permuta ocorrida em Abril de 2017, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15.3. Até o mês de Março de 2017 houve o pagamento do aluguel do imóvel localizado na Alameda Nothmann, e a partir de Abril de 2017 o Sebrae-SP passou a pagar a locação do imóvel objeto de permuta localizado na Rua José Getúlio, cujo valor do aluguel é

inferior ao do imóvel anteriormente locado. Houve também redução de R\$ 229 nas despesas com aluguel de espaço em feira e de R\$ 187 nas despesas com locação de veículos.

Em “Anúncios, publicidade e propaganda” o aumento se refere a campanhas realizadas para propaganda da Feira do Empreendedor, conforme consta na Nota Explicativa nº 15.5.

15.7 Encargos diversos

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
IPVA	(-)	(35)	(-)	(37)
IPTU/ITBI	(184)	(806)	(24)	(538)
IR sobre aplicações financeiras	(906)	(1.057)	(2.451)	(4.652)
Pis	(318)	(632)	(308)	(610)
Taxas	(132)	(147)	(15)	(31)
Outros impostos e contribuições	(16)	(16)	(-)	(-)
Total	(1.556)	(2.693)	(2.798)	(5.868)

A variação em “IR sobre aplicações financeiras” ocorreu devido à diminuição no volume de resgates em relação ao mesmo período do ano anterior.

15.8 Despesas com provisões

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Prov. p/ reclamações trabalhistas	(1.520)	(3.352)	(963)	(2.248)
Prov. p/ ações cíveis	(71)	(1.122)	(-)	(-)
Prov. p/ riscos fiscais e outras contingências	(312)	(619)	(291)	(619)
Prov. p/ perdas diversas	(7)	(398)	(5)	(5)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos	(1.622)	(4.807)	(-)	(-)
Total	(3.532)	(10.298)	(1.259)	(2.872)

As variações nas rubricas “provisão para reclamações trabalhistas” e “provisão para ações cíveis” ocorreram devido ao complemento de provisão por aumento do valor da causa e alteração da probabilidade de perda de processos judiciais.

A provisão para IRRF sobre rendimento de fundos se refere às aplicações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que no mesmo período do ano anterior estavam sem saldo.

15.9 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com

diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Depreciação de bens imóveis	(179)	(328)	(149)	(307)
Depreciação de bens móveis	(1.496)	(2.993)	(1.384)	(2.749)
Amortização intangível	(400)	(749)	(346)	(690)
Total	<u>(2.075)</u>	<u>(4.070)</u>	<u>(1.879)</u>	<u>(3.746)</u>

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.

15.10 Outras despesas operacionais

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Convênios executados	(30)	(529)	(93)	(93)
Despesas de exercícios anteriores	(-)	(-)	(27)	(27)
Custo na baixa do ativo imobilizado	(6)	(106)	(12)	(21)
Total	<u>(36)</u>	<u>(635)</u>	<u>(132)</u>	<u>(141)</u>

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios.

Na rubrica “Custo na baixa do ativo imobilizado” são registrados os custos de aquisições e a depreciação acumulada dos bens extraviados, furtados, sucateados, doados etc., calculados até a data da baixa.

15.11 Resultado financeiro líquido

A seguir, apresentamos o resultado financeiro líquido dos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016, decorrentes das alocações dos recursos da Entidade em aplicações financeiras e fundos de investimento, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP
Informações contábeis intermediárias
em 30 de junho de 2017*

Descrição	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016
Receitas financeiras				
Rendimentos recursos próprios	-	-	8	299
Outros rendimentos de aplicações	17.511	37.882	14.256	26.800
Outras receitas financeiras	3	12	2	9
Rend. fundos emp. emergentes	23	3.447	21	21
Total	17.537	41.341	14.287	27.129
Despesas financeiras				
Despesas financeiras	(42)	(119)	(58)	(121)
Despesas desvalorização das cotas de fundos empresas emergentes	(89)	(133)	(58)	(117)
Total	(131)	(252)	(116)	(238)
Variações monetárias				
Variações monetárias ativas / passivas	109	181	56	178
Total	109	181	56	178
Resultado financeiro líquido	17.515	41.270	14.227	27.069

O acréscimo dos rendimentos é decorrente do aumento do valor médio de recursos mantidos em aplicações financeiras no período.

16 Gerenciamento de riscos

a. Considerações gerais

Quando aplicável, a Entidade determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixas futuros. A esse respeito, as estimativas de valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

b. Categoria dos instrumentos financeiros

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros		
(i) Caixa e equivalentes a caixa	365	442
(i) Fundos de investimentos	8.434	3.821
(ii) Aplicações financeiras (Longo prazo)	479.240	559.464
(iii) Contas a receber	5.396	5.941
Passivos financeiros		
(iv) Benefícios a empregados	3.733	9.703
(iv) Obrigações tributárias	1.917	3.143
(iv) Obrigações com convênios e contratos	2	2
(iv) Fornecedores	15.058	17.068
(iv) Provisão sobre folha de pagamento	23.334	24.116
(iv) Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.640	2.822
(iv) Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	1.142	1.454

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros:

- (i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado
- (ii) Ativo financeiro mantido até o vencimento
- (iii) Empréstimos e recebíveis
- (iv) Outros passivos financeiros

A Administração da Entidade entende que os instrumentos financeiros classificados na categoria ativo financeiro mantidos até o vencimento, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, conforme quadro abaixo:

	Valor Contábil	Valor Justo
Aplicações financeiras de longo prazo	479.240	480.961
Total das aplicações financeiras	<u>479.240</u>	<u>480.961</u>

c. Risco de crédito

O risco de crédito para a Entidade decorre preponderantemente de disponibilidades de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários e fundos de investimentos financeiros.

A Entidade aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários junto à Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. e fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A e pela Caixa Econômica Federal.

Abaixo, seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros.

	30/06/2017 Valor Contábil	31/12/2016 Valor Contábil
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes a caixa	365	442
Aplicações financeiras	691.826	572.380
Contas a receber	5.396	5.941
Total de ativos financeiros	<u>697.587</u>	<u>578.763</u>

A Entidade possui ainda a participação em fundo de investimento financeiro que possui lastro em títulos e valores mobiliários de empresas emergentes.

Os Fundos de Aplicação em Empresas Emergentes são regulados pela Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Os projetos ou programas destinados a facilitar o acesso ao crédito poderão ser efetivados pela aquisição ou integralização de cotas de Fundos Mútuos de Investimentos no capital de empresas emergentes que destinem à capitalização das micro e pequenas empresas, principalmente as de base tecnológica e as exportadoras. A participação do SEBRAE na integralização de cotas de fundos mútuos de investimentos não poderá ser superior a 50% do total das cotas desses mesmos fundos.

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado do fundo está representado como segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Fundos em empresas emergentes	6.343	5.044
(-) Provisão para ajuste a valor de mercado	<u>2.091</u>	<u>(1.223)</u>
Total	<u>8.434</u>	<u>3.821</u>

d. Risco de mercado

O risco de mercado surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, indexados a índice de correção e moeda estrangeira. São os riscos que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro correrão, em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), índices de correção e taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores (outro risco de preço).

O SEBRAE/SP concentra sua carteira de aplicações financeiras em operações de CDB pós-fixados em DI, aplicados em instituições bancárias oficiais: Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal.

Nas operações cuja taxa de juros é pós-fixado, a remuneração é conhecida posteriormente à aplicação, de acordo com a variação do indexador do produto e, ainda, o percentual contratado no momento da aplicação.

O indexador utilizado pelo SEBRAE/SP em suas operações de CDB é o CDI, Certificado de Depósito Interbancário, negociado exclusivamente entre bancos, que assinala aos investidores o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essas transações são realizadas por meio eletrônico entre as instituições envolvidas e registradas na CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A taxa média diária do CDI é empregada como referência para o custo do dinheiro e acompanham o comportamento da taxa SELIC (Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia).

As taxas de juros que remuneram as operações de CDB pós-fixados do SEBRAE/SP no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis são próximos aos de mercado.

O SEBRAE/SP não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas de gestão de riscos definidas em sua política de investimentos.

Considerando que as operações financeiras do SEBRAE/SP podem ser consideradas *hedge* natural composto por ativos financeiros indexados ao CDI que acompanha as oscilações de mercado, a administração considera que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Empresa.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de junho de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos exigíveis da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos exigíveis	Valor em 30/06/2017	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Benef. empregados/Obrig. tribut.	5.650	5.650	-
Obrig. com conv. e contratos	2	2	-
Contas a pagar fornec. e outros	15.058	15.058	-
Provisão s/ folha de pagamento	23.334	23.334	-
Obrig. com o Sistema SEBRAE	1.640	1.640	-
Adiant. s/ vendas dos direitos de administração	1.142	-	1.142
Prov. p/ riscos cíveis, trab. e obrig. legal	22.663	-	22.663
Total	69.489	45.684	23.805

f. Risco de câmbio

A Entidade não está sujeita ao risco de câmbio, pois não possui operações em moeda estrangeira.

17 Benefícios pós-emprego

A Entidade oferece plano de benefícios de previdência privada, denominado SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social, implantado durante o exercício de 2004. Neste mesmo exercício, foi aprovada a adesão SEBRAE - NA, ABASE e 17 unidades estaduais do sistema SEBRAE: SEBRAE - AC, SEBAE - AL, SEBRAE - AM, SEBRAE - AP, SEBRAE - BA, SEBRAE - DF, SEBRAE - GO, SEBRAE - MA, SEBRAE - PA, SEBRAE - PB, SEBRAE - PI, SEBRAE - RN, SEBRAE - RO, SEBRAE - RR, SEBRAE - SE, SEBRAE - SP e SEBRAE - TO. No exercício de 2005 ocorreu a adesão de 8 unidades do sistema, SEBRAE - RJ, SEBRAE - MT, SEBRAE - MS, SEBRAE - CE, SEBRAE - ES, SEBRAE - MG, SEBRAE - PR e SEBRAE - SC.

O SEBRAEPREV é um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida, patrocinado pelas unidades que compõem o Sistema SEBRAE e que celebrarem Convênio de Adesão, conforme disposto no Regulamento.

As obrigações do plano são as seguintes:

O custeio do benefício de risco é responsabilidade do Patrocinador e qualquer insuficiência constatada na conta do benefício de risco é responsabilidade exclusiva dos Patrocinadores.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são:

- (i) Quanto aos Participantes Patrocinados, Participantes Mandatários, Autopatrocínados e sem Remuneração em Autopatrocínio:
 - (a) Aposentadoria Antecipada;
 - (b) Aposentadoria Normal; e
 - (c) Aposentadoria por Invalidez.

(ii) Quanto aos Beneficiários:

(a) Pensão por Morte.

Os Benefícios serão pagos aos Participantes ou aos Beneficiários que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos previstos no regulamento Sebraeprev.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são classificados em:

- (i) Benefício Programado, assim entendido a Aposentadoria Normal e a Aposentadoria Antecipada;
- (ii) Benefícios de Riscos, assim entendidos a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte.

Para a manutenção deste plano de benefícios são efetuadas contribuições mensais, conforme segue:

A contribuição básica do participante corresponde a um percentual de 1% a 7% do salário de contribuição excedente a 15 vezes o valor de referência previdenciário.

A contribuição básica do SEBRAE - NA é mensalmente obrigatória e corresponde a 100% da contribuição básica do participante, efetuada pelo seu respectivo participante patrocinado e participante mandatário.

Cabe ao patrocinador fundador (SEBRAE Nacional) o aporte inicial do Serviço Passado, em pagamento único, que ficará num fundo específico do SEBRAEPREV, denominado Fundo de Aporte Inicial de Serviço Passado, que será creditado mensalmente na conta do Participante, em valor idêntico ao da contribuição do Participante.

O Plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE contrata anualmente um atuário qualificado. As principais premissas do plano estão demonstradas nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Para o período de 30 de junho de 2017, não ocorreram mudanças significativas nas premissas atuariais no Plano SEBRAEPREV e outras variáveis que pudessem afetar de forma relevante o resultado atuarial.

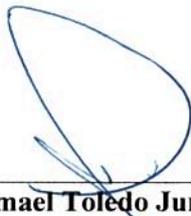
Os custos com aposentadoria para planos de contribuição definida em junho de 2017 foram de R\$ 2.204 (R\$ 2.062 em junho de 2016).

Informações adicionais

Diretor Superintendente: Bruno Caetano Raimundo

Diretor Técnico: Ivan Hussni

Diretor de Administração e Finanças: Pedro Rubez Jeha



Ismael Toledo Junior
Contador – CRC 1SP174698/O-9